

CEPAL (2058)

C.2

Documento interno
LC/BRS/NT.005
Maio 1993
Original: Português

CEPAL
COMISSAO ECONOMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE
Escritório no Brasil



BRASIL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS MACROECONOMICAS

Nota: notas de conjuntura preparadas por Carlos Mussi, a pedido do Conselheiro para Assuntos Economicos da Embaixada da Bolívia



BRASIL: PRINCIPAIS CARACTERISTICAS MACROECONOMICAS

O Brasil ocupa uma superfície de 8,4 milhões de km², com uma população um pouco superior a 153 milhões de habitantes. Em 1992, estimativas preliminares indicam um valor de 410 bilhões de dólares para o Produto Interno Bruto brasileiro, o que implica numa renda per capita de aproximadamente 2700 dólares.

No entanto, as grandes magnitudes, tanto no território quanto no contingente populacional, escondem grandes disparidades, da ocupação territorial à distribuição de renda e riqueza. Ademais, a evolução econômica brasileira, no último quinquênio, demonstrou as dificuldades macroeconômicas e estruturais para a retomada de um crescimento equitativo e sustentado.

Esta seção visa apresentar, de forma resumida, as principais características da economia brasileira e, especialmente, analisar a atual crise econômica sob seus principais determinantes.

Entre 1945 e 1980, a economia brasileira demonstrou um contínuo vigor ao registrar uma taxa de crescimento anual média de 7% no seu Produto Interno Bruto, possibilitando significativas transformações. Em menos de quatro décadas, o Brasil transformou-se de uma sociedade agrícola não urbana, mono exportadora, para uma economia industrial, urbana e de comércio exterior diversificado. Atualmente, mais de dois terços da população brasileira moram nas cidades, em especial nas principais capitais, como São Paulo (9,6 milhões), Rio de Janeiro (5,5 milhões) e Belo Horizonte (2,1 milhões). Até a relativamente nova capital federal, Brasília, inaugurada em 1960, já registra uma população superior a 1,5 milhões de pessoas.

A este processo de urbanização, acoplou-se o surgimento de um forte setor industrial, que responde por cerca de um quarto do Produto Interno Bruto, e a transformação do setor agrícola, que contribui com menos de 10% do PIB. Também, nas últimas décadas, a necessidade de construir uma infra-estrutura econômica básica estimulou o setor de construção (7% do PIB), de utilidades públicas (3% do PIB) e transporte e comunicações (6% do PIB).

No comércio exterior, o Brasil diversificou significativamente a sua pauta, a partir da década de 70. Nas exportações, a predominância do café, que respondia por mais de 80% da receita de divisas nos anos 60, foi gradualmente substituída pela venda de outros produtos agrícolas (inclusive semi-industrializados), como soja e seus derivados, suco de laranja; produtos manufaturados, como calçados, material de transporte (automóveis, aviões), papel e celulose; e produtos minerais (minério de ferro e siderúrgicos). Em 1992, as exportações de café, inclusive solúvel, representaram menos de 3% do valor total exportado, de 36,1 bilhões de dólares. Nas compras brasileiras no exterior, observa-se o efeito do processo substitutivo de importações. O Brasil registra um dos menores

coeficientes entre importações e produto interno - menos de 5% do PIB são comprados no exterior. Deste montante, o principal item importado é o petróleo, do qual o Brasil é crucialmente dependente de fontes externas.

Em termos de origem e destino do comércio exterior, o Brasil apresenta padrão distinto dos demais países latino-americanos. Enquanto os Estados Unidos individualmente têm a maior participação - 21% do total do comércio -, nota-se importantes atuações da América Latina (18% do total), da Comunidade Européia (27%) e do Japão (6%), bem como dos países da OPEP (10% do total ou 17% das importações). Esta estrutura comercial diferenciada também está refletida na composição do investimento direto recebido pelo Brasil, onde encontra-se capital norte-americano, japonês e até latino-americano, num estoque total de 36 bilhões de dólares.

Desta forma, a estrutura produtiva relativamente moderna, o comércio exterior diferenciado e diversificado e a ampla disponibilidade de recursos naturais deveriam estabelecer uma trajetória contínua de crescimento econômico brasileiro, como aparentemente ocorreu no pós-guerra. Porém, caso se limite a análise para a década de 80, particularmente o último quinquênio, observa-se uma estagnação do produto total e uma regressão do produto per capita. Estimativas para 1992 demonstram o mesmo nível de renda por habitante já obtido em 1978 -

Esta significativa e prolongada crise econômica surgiu da contínua dificuldade da sociedade brasileira em conciliar os diferentes interesses sociais e políticos frente a choques externos e desequilíbrios macroeconômicos internos. Os anos 80 representaram, para o Brasil, o esgotamento de amplas fontes externas de financiamento, a redemocratização política denotando as crescentes demandas de uma sociedade heterogênea, com uma grande população de miseráveis, o conflito regional e setorial sobre o estabelecimento de prioridades do gasto público, e, como conseqüência, a relutância da sociedade em redimensionar o custo do ajuste econômico, preferindo posições corporativistas e até de "rentistas".

Os indicadores macroeconômicos da crise podem ser resumidos na queda da taxa de investimento - de uma média superior a 20% do PIB na década de 70 para menos de 15% nos últimos dois anos. A taxa de inflação, fator crônico na sociedade brasileira, consolidou-se em níveis pré-hiperinflacionários, com variações anuais superiores a 200% desde 1983, a exceção de 1986, e superior a 1000% desde 1989. Atualmente, o Brasil está registrando o décimo oitavo mês seguido de taxa mensal de inflação superior a 22%.

Portanto, o foco da atual crise está no setor público brasileiro, tanto em seu aspecto econômico como político.

Inicialmente, há que se recuperar a capacidade de poupança do setor público e fontes não inflacionárias para a realização de investimentos sociais.

Entre 1965 e 1980, o Estado brasileiro atuou como importante sinalizador para os investimentos no país, criando um **investment led growth**, especialmente pelas ações de empresas estatais, em setores estratégicos como aço, petroquímica, energia, telecomunicações e inversões em infra-estrutura. Além da poupança governamental, foram utilizados recursos externos do endividamento interno e do "imposto" gerado pelo processo inflacionário. No início da década de 80, o Brasil já apresentava uma dívida externa de quase 60 bilhões de dólares, uma dívida interna em títulos federais de 12 bilhões de dólares, e taxas de inflação de 100% ao ano.

A crise da dívida externa desencadeou um processo perverso de transferência de recursos internos e externos. Esta última já amplamente difundida na experiência latino-americana, pela necessidade de geração de superávits comerciais para o serviço da dívida externa. O setor público, como principal devedor externo, deveria gerar recursos fiscais suficientes para a compra das divisas provenientes do setor privado. Onerando ainda mais este esforço, houve a necessidade de efetuar desvalorizações reais da taxa de câmbio para o ajuste do balanço de pagamentos.

Nos primeiros anos, as contas fiscais foram beneficiadas pela possibilidade de expandir a dívida interna e a aceleração inflacionária que, já em 1983, superava 200% ao ano. Cabe destacar que a sociedade brasileira absorve esta taxa inflacionária, através dos mecanismos de indexação generalizados na economia, surgindo um conflito distributivo entre os grupos que conseguem manter, de forma mais rápida, seus reajustes (juros e preços) frente aos que não têm esta força de mercado (salário, especialmente).

Ao longo da década de 80, todavia, o setor público não conseguiu consolidar diferentes iniciativas de ajustes em suas contas, tanto no fluxo (aumento de receita ou corte nos gastos), quanto no estoque (privatização). Assim, a sociedade brasileira começou a apresentar movimentos especulativos, em especial nas tentativas artificiais de congelamento de preços, ou preventivos (após a fracassada reforma monetária de 1990, quando foi seqüestrado, por 18 meses, o equivalente a dois terços dos ativos financeiros). Agrega-se a esta incapacidade do setor público a afirmação na Constituição de direitos sociais e corporativos que restringem a capacidade de tributação e exigem gastos públicos.